

PRESIDÊNCIA DO SENADO

Planalto consegue maioria com acordo

Rebeldes do PMDB aceitam pacto, mas partido ainda não está pacificado

André Barrocal*
de Brasília

A negociação para assentar o PMDB no ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro, fracassou, mas o Palácio do Planalto tem agora uma nova chance de articular a adesão do partido à base de sustentação do governo e, assim, garantir votos para aprovar projetos e, sobretudo, reformas constitucionais.

A tarefa de acertar-se com o PMDB e obter maioria parlamentar fica mais fácil após o partido fechado a indicação de José Sarney (AP) para o comando do Congresso. "Esse pacto abre um caminho promissor para um entendimento com o PMDB", disse o futuro líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Aliado no Senado

O pacto citado por Mercadante, anúnciado na sexta-feira, define que Sarney será o único candidato do PMDB à Presidência do Senado. O líder da bancada, Renan Calheiros (AL), desistiu de enfrentá-lo. Em troca, Calheiros continuará líder do partido até setembro, quando então sucederia o presidente do PMDB, Michel Temer, que encerrará o mandato.

Segundo Mercadante, o Palácio do Planalto acompanhou de perto o caso da Presidência do Senado, atenção que mereceu de alguns a acusação de interferência indevida de um poder sobre o outro. Ele justificou-se alegando que o comando do Congresso diz respeito ao governo na medida em que isso tem a ver com a relação entre o Executivo e o Legislativo.

O Palácio do Planalto trabalhou por Sarney pois queria um aliado no cargo. O senador vai cooperar com o Planalto de dois modos. Fora do PMDB, usará a influência em outras siglas, como o PFL, para granjejar apoio ao governo. Dentro do partido, agirá para facilitar a entrada dos peemedebistas na base de Lula. "A vivência, a experiência do senador Sarney ajudarão muito na votação de reformas fun-

damentais", disse Aloizio Mercadante.

"Todos no PMDB estamos de acordo de que devemos apoiar o governo. Mas há uma corrente, da qual eu faço parte, que entende de que devemos aprofundar esse apoio, para o PMDB estar mais integrado ao governo", declarou o ex-presidente da República e futuro presidente do Senado, José Sarney.

O ingresso do PMDB na base do governo garantiria maioria folgada ao presidente Lula nas votações. Hoje, os partidos aliados têm 228 das 513 cadeiras da Câmara e das 81 no Senado. Incluindo-se aí o PMDB, a base subiria para 302 na Câmara e 51 no Senado.

No Senado, com o PMDB, o governo teria maioria para aprovar emenda constitucional, que exige apoio de três quintos (49). Entre os deputados, porém, ainda seria pre-



José Sarney

ciso negociar com adversários, pois são necessários 308 votos para emendas.

Acomodação

A adesão do PMDB fica mais fácil não só porque Sarney ganha espaço, mas porque o acordo provocou uma acomodação geral das forças in-

ternas do partido e conservou o poder da cúpula. Como sobreviveu, a direção, antiga aliada do PSDB, está mais disposta a conversar com o governo, que poderia e queria, mas não trabalhou para ajudar os rebeldes a destituí-la.

Segundo Temer, o desfecho da disputa Sarney-Renan no Senado permitirá reabrir o diálogo sobre uma aproximação com o governo. Para ele, afinidade existe. "A Executiva já decidiu que vamos apoiar as reformas necessárias ao País", afirmou Temer. "O importante

agora é ter uma agenda e uma relação em que se pense no País", disse Calheiros.

O senador de Alagoas só topou abdicar de enfrentar Sarney depois de o PT ter sinalizado que o aceitará tanto na liderança do partido quanto no comando do PMDB. "É natural. Há um acordo entre nós para não haver interferência de ninguém de fora do PMDB", declarou Calheiros.

Pelo pacto anunciado sexta-feira, a escolha dos líderes do PMDB na Câmara e no Senado será das bancadas. O senador gaúcho Pedro Simon (RS) quer desbançar Calheiros, mas o alagoano é o favorito. Na Câmara, o mais forte corrente é o deputado Eunício Oliveira (CE), alinhado à cúpula. Ele vai disputar com Barbosa Neto (GO), da ala dissidente.

Na pacto, chamado de pacificador do PMDB, concordou-se também que não deve haver convenção extraordinária em fevereiro, como desejavam Orestes Quêrcia, ex-governador paulista, e outros rebeldes, como o governador do Paraná, Roberto Requião, e Paes de Andrade, ex-presidente do PMDB. Via Sarney, Requião e Paes acabaram se acertando com a cúpula, isolando Orestes Quêrcia. Ele conseguiu somente o fim da intervenção no diretório de São Paulo do PMDB, que controla.

Quêrcia aprova

O presidente do PMDB de São Paulo, Orestes Quêrcia, que até quinta-feira resistiu ao acordo afirmou que só foi selado com sua autorização. O entendimento prevê que as lideranças da Câmara e Senado serão disputadas nas bancadas, abrindo espaço para os dissidentes no PMDB disputarem os postos. Orestes Quêrcia, admitiu hoje que o partido reivindicará cargos no governo de Lula. Segundo ele, a entrega desses cargos só deve ser feita depois de setembro, após a realização da convenção do PMDB que irá definir um novo núcleo para a direção do partido.

*Gazeta Mercantil Tempo Real